

A recuperação americana

IGNÁCIO M. RANGEL

Não faltou quem dissesse que, se Keynes era inglês, a melhor comprovação prática de sua teoria do multiplicador, até certo ponto "avant la lettre", foi alemã. O programa armamentista de Hitler retirou a Alemanha da crise, absorvendo o monstruoso desemprego de muitos milhões de trabalhadores e, de passagem, consolidando o regime recém-implantado, perdoando-se-lhe os "pecadilhos", em atenção aos seus relevantíssimos serviços. Que esses pecados não fossem tão pequenos, como se revelaria depois em Nuremberg e alhures; que a superação da crise fosse, afinal, conducente a nova e violenta recessão, já em 1938; e se a saída para esse repique da crise tenha sido, afinal, nada menos que a 2.ª Guerra Mundial, tudo isso eram coisas para um futuro tão nebuloso que, mesmo agora, quase meio século decorrido, não está inteiramente esclarecido. De imediato, o que havia era que as empresas tinham encomendas e que milhões de desempregados alemães haviam deixado de sê-lo.

Reduzidos os fatos à sua expressão mais simples, tínhamos o seguinte: uma encomenda relativamente limitada de armamentos induzia o empresário privado a investimentos relativamente consideráveis de seus próprios recursos e esses investimentos causavam uma expansão da demanda (e da renda, à vista da abundante capacidade ociosa do sistema) várias vezes maior (efeito multiplicador, tanto maior, quanto mais próxima estava a economia da chamada "renda básica", quando a propensão a consumir é máxima).

Por detrás de tudo isso, havia o fato tecnológico fundamental de que as inovações amadurecidas, nas condições da guerra (1.ª) e do pós-guerra, não haviam ainda tido oportunidade de aplicação, de modo

que, sendo as encomendas governamentais (novos armamentos) tecnicamente inovadoras, exigiam, não raro, instalações produtivas novas, que supunham investimentos suplementares (ΔI , como depois diríamos).

A 1.ª Guerra Mundial culminou uma fase ascendente ("a") do ciclo longo, e foi seguida de uma fase recessiva ("b") que seria culminada pela 2.ª Guerra Mundial, seguida, por sua vez, por uma fase ascendente. As inovações tecnológicas costumam germinar nas fases "b" e frutificar nas fases "a", como se sabe. Assim, o 1.º pós-guerra carecia de estímulos não econômicos aos investimentos, mas não o 2.º. Estes somente começariam a se tornar necessários com o advento da fase "b" do novo (4.º) ciclo longo, isto é, depois de 1973.

As condições são, pois, diferentes. Não obstante, embora não se devam esperar para o keynesianismo implícito na "reaganomics" efeitos tão brilhantes quanto os obtidos por Hitler (ou pelo Dr. Schacht), a aura de recuperação que parece estar soprando nos Estados Unidos, estruturada em torno do enorme déficit do Tesouro, explica-se. E a queda da taxa de inflação — que os monetaristas, daqui e de Chicago, imaginavam ter que barganhar contra "um pouco de recessão" — sobrevem, como tem acontecido regularmente, no Brasil, como companheira de viagem da recuperação econômica.

Entretentes, não há motivos para supor que essa recuperação seja mais durável que a de Hitler. E esperemos que o desfecho final não seja o mesmo, isto é, que a história repita, como farsa, o que foi tragédia da outra vez.

Ignácio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia — Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles "A inflação brasileira" e "Tecnologia — ciclo e crescimento".